

economia

Governo anuncia novas subvenções ao óleo diesel e subsídio para GLP

Medida busca conter impacto dos preços dos combustíveis por causa da guerra no Irã



Durigan comunicou ainda uma linha de crédito para empresas aéreas

/ COMBUSTÍVEIS

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que confirmou uma série de medidas econômicas por parte do governo federal como resposta ao aumento dos preços de combustíveis por causa da guerra no Irã. Estão entre essas medidas novas subvenções sobre o óleo diesel, um benefício sobre o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e apoio a empresas de aviação.

Ele detalhou a subvenção do ICMS sobre a importação de diesel. Serão R\$ 1,17 de redução no preço do litro do diesel com esse benefício, sendo 50% custeados pela União e 50%, pelos Estados.

Também haverá uma terceira subvenção no preço do diesel, com redução de R\$ 0,80 no preço do litro para os produtores nacionais. “Com isso, a gente garante o abastecimento e a importação de diesel dentro de um regime especial. Será garantida a importação de diesel, mas também para os produtores nacionais, que eles também tenham um nível de preço razoável de modo a manter o abastecimento e mitigar o custo da guerra na questão do diesel”, disse o ministro da Fazenda.

Durigan também anunciou redução no preço do GLP, para, segundo ele, garantir a importação e distribuição para as famílias de mais baixa renda, que dependem

dessa energia do gás de cozinha no seu dia a dia.

A quarta medida anunciada é em relação ao setor aéreo. Segundo Durigan, o governo vai lançar linhas de crédito para as empresas aéreas por meio do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), parte com risco da União, além de zerar o PIS e Cofins sobre querosene de aviação (QaV) e biodiesel.

Durigan disse que o governo tem feito um “acompanhamento muito atento e pronto” a partir de uma “diretriz” dada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Falou que essas medidas estarão contempladas nos R\$ 10 bilhões de recursos arrecadados com o Imposto de Exportação.

Quando a gente compara o quanto o Brasil está sendo afetado, o Brasil é um dos menos afetados (pelos efeitos da guerra no Irã). Temos atendido e adotado medidas razoáveis e muito bem pensadas do ponto de vista técnico”, disse Durigan.

O primeiro pacote de medidas de enfrentamento aos efeitos da guerra sobre o setor de combustíveis foi anunciado em meados de março. Entre as medidas, o governo aplicou isenção para o pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na importação e comercialização do diesel.

Galípolo defende cautela do BC em meio à conflito no Irã

/ CONJUNTURA

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, defendeu ontem o que chamou de cautela da instituição na condução da política de juros no Brasil. Ele também afirmou que, globalmente, a sociedade não aceita mais inflação.

A fala ocorreu em um discurso no qual o economista abordou o cenário da economia global, marcado pelos impactos da guerra no Irã. O conflito trouxe incertezas e pressionou as cotações do petróleo nas últimas semanas, elevando as estimativas para a inflação no Brasil.

“Eu acho que usei a palavra cautela desde que entrei no Banco Central mais vezes do que usei em toda a minha vida antes de entrar no Banco Central. Mas, no Banco Central, a palavra cautela vem acompanhada da palavra serenidade. Nunca está sozinha”, disse Galípolo.

“A ideia é poder tomar tempo para conhecer melhor o problema e fazer movimentos mais seguros, dar passos mais seguros, na direção da política monetária. É dessa cautela que a gente vem se beneficiando mais recentemente”, acrescentou.



Galípolo disse que sociedade, globalmente, não aceita mais inflação

Galípolo abriu um seminário sobre política monetária promovido no Rio de Janeiro pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Ele não conversou com a imprensa.

Em março, o BC reduziu a taxa básica de juros (Selic) a 14,75% ao ano. O corte veio após sinais de trégua da inflação no Brasil, mas o cenário passou por mudanças com o conflito no Oriente Médio.

Conforme o boletim Focus divulgado pelo BC nesta segunda-feira, o mercado financeiro

elevou de 4,31% para 4,36% a projeção para o IPCA no acumulado de 2026. Assim, a expectativa ficou mais próxima do teto da meta de inflação, que é de 4,5%.

Em ata divulgada em março, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central alertou que a piora nas expectativas para prazos mais longos dificulta a convergência do índice oficial à meta e exige juros mais altos por mais tempo.

Nesta segunda, Galípolo afirmou que os banqueiros centrais “não apanham mais” somente quando são vistos como causadores de algum tipo de queda de popularidade ou perda de eleição de presidentes em períodos de alta nas taxas de juros.

Para o economista, os banqueiros também são alvos de críticas quando cortam demais os juros e geram dificuldades para o controle da inflação.

“As pesquisas mostram que esta é uma sociedade que não tolera mais a inflação. Virou um tema central [...]. Não tem nada melhor para um banqueiro central do que a incorporação de uma vigilância contra a inflação dentro da sociedade.”

A taxa Selic é o instrumento do BC para o controle dos preços.

Mediana da inflação 2026 passa de 4,31% para 4,36%

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2026 subiu pela quarta leitura consecutiva, desta vez de 4,31% para 4,36%. O movimento ocorre em meio às incertezas causadas pelo conflito no Oriente Médio, que levou a uma disparada dos preços do petróleo no mercado internacional. A taxa está 0,14 ponto porcentual abaixo do teto da meta, de 4,50%. Há um mês, era de 3,91%.

Considerando apenas as 75 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a medida passou de 4,47% para 4,50%. A projeção para o IPCA de 2027 aumentou de 3,84% para 3,85%. Há um mês, era de 3,80%. Considerando apenas as 70 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a medida passou de 3,93% para 3,96%.

O Banco Central prevê que o IPCA irá encerrar 2026 com alta de 3,9% e espera que a inflação acumulada em 12 meses chegue a 3,3% no horizonte relevante, atualmente localizado no terceiro trimestre de 2027. A trajetória consta na comunicação da reunião de março do Comitê de Política Monetária (Copom).

Projeções



A partir de 2025, a meta de inflação passou a ser contínua, com base no IPCA acumulado em 12 meses. O centro é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. Se a inflação ficar fora desse intervalo por seis meses conse-

cutivos, considera-se que o BC perdeu o alvo.

No Focus de ontem, as projeções para o IPCA de 2028 subiram de 3,57% para 3,60%. Há um mês, era de 3,50%. Para 2029, a estimativa seguiu em 3,50% pela 31ª semana seguida.